

FICÇÃO: INTÉRPRETE DE REALIDADES, FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA

Celeste Maria Pacheco de Andrade

Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e
da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: celestpacheco@gmail.com

Palavras-chave: Ficção. História. Fonte histórica. Jorge Amado.

Sendo a História e a Literatura as áreas do conhecimento com as quais dialogamos neste texto, importa demarcar a História Cultural como o campo privilegiado para tal mister e enfatizar o local da Literatura no qual o texto está ancorado: a ficção. Expostos os limites da proposta, fazemos uma análise da relação dos dois campos, perspectivando a ficção como fonte de pesquisa histórica e a obra do escritor Jorge Amado como referência para os estudos sobre a História da Bahia.

Para tratar de História e Literatura, partimos de uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, da possibilidade de relação centrada na reciprocidade e orientada por um regime de copropriedade, vislumbrando um diálogo entre dois campos do saber. Nisto reside o desafio teórico-metodológico, ou seja, a expectativa de que cada um dos campos transcenderá sua especialidade, a partir do reconhecimento dos seus próprios limites e, ao mesmo tempo, acolhendo as contribuições entre si. Trata-se de uma investida complexa, que evita troca generalizada de informações e de críticas. Para além desse alerta, os pressupostos implícitos em cada área podem garantir a construção de interconexões que evitem uma pulverização do saber, como ressalva a afirmação de Edgard Morin (1982):

Sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados, e não consegue conceber-se a sua unidade. É por isso que se diz cada vez mais: “Façamos interdisciplinaridade.” [...] Cada disciplina pretende fazer reconhecer a sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronarem (MORIN, 1982, p. 104).

Não é exagero afirmar, então que o repensar dos Annales sobre suas relações com as ciências sociais resultou da contribuição da interdisciplinaridade na prática dos historiadores,

ou seja, “a história chegou à fragmentação, à produção de ‘migalhas’ de conhecimento sobre ‘objetos-migalha’” (REIS, 2000, p. 127). Complementando:

No início, a “interdisciplinaridade” significou o direito e o dever dos historiadores de atravessar os limites disciplinares e aproveitar as ofertas das ciências sociais. Esse projeto enriqueceu enormemente a história, mas, hoje, ameaça-a em sua própria identidade. [...] O território do historiador se ampliou, áreas inéditas surgiram, a especialização dentro da própria história levou ao contrário do que se pretendia no início: pretendeu-se o trabalho coletivo, pela aproximação com as ciências sociais; obteve-se, na verdade, a fragmentação da história em inúmeros territórios particulares, com seus respectivos muros. Se antes o diálogo era difícil entre historiadores e cientistas sociais, agora, ele era difícil entre os historiadores mesmos. O que há são experiências individuais que se multiplicam. Isoladas, um acúmulo de estudos que não se completa e são incompatíveis entre si (REIS, 2000, p. 128).

Em termos gerais, “a interdisciplinaridade continua sendo a orientação central; ‘reunir os saberes’ continua sendo o centro do projeto dos Annales” (REIS, 2000, p. 128). Além disso, alerta sobre a prática da História, mantendo a sua identidade com os seguintes termos:

[...] a interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada (REIS, 2000, p. 128).

Se não é possível dissociar da discussão a interdisciplinaridade, com a ampliação das modalidades de fontes pelos historiadores, então, é necessário considerar que o movimento das transformações, nos últimos vinte anos, tanto das concepções quanto do uso de fontes vêm se alterando de forma significativa. Isso se deve, entre outras justificativas, ao volume da produção historiográfica e das pesquisas históricas responsáveis por uma multiplicação de recortes e de questões de estudo. Se, por um lado, a área de História tem muito o que comemorar, por lançar mão dos mais diversos tipos de fontes, por outro, depara-se com o desafio de dar um tratamento metodológico, calcado num rigor científico cada vez mais imprescindível à História.

Ampliando a sua perspectiva sobre fontes históricas, uma parte dos historiadores, a partir de diferentes abordagens metodológicas, tem contribuído no sentido da consolidação de um paradigma de fonte histórica para além dos documentos dos arquivos. As pesquisas isoladas e as resultantes de programas de pós-graduação, nas diversas linhas de pesquisa, vêm fazendo uso de outras modalidades de fontes, desde a história oral e memória até registros

imagéticos e sonoros. Nessa perspectiva de ampliação e diversidade de fonte, privilegiamos a Literatura.

Ao lado de questões ligadas a modalidades de fontes, a pesquisa histórica avançou, transformou-se em relação à abordagem, principalmente quando, nos anos oitenta, redefiniram-se de forma significativa, a exemplo das leituras efetuadas, a partir de Gramsci, Georg Luckács e da Escola de Frankfurt sobre o Marxismo. Ao lado dessas revisões, merece evidência a contribuição da historiografia inglesa, com destaque para Thompson, Hobsbawm e Perry Anderson ou da historiografia italiana com Carlo Ginzburg. Somem-se as discussões postas pela filosofia francesa pós-estruturalista e pós-moderna, principalmente com Michel Foucault, cuja obra possibilitou ampliação do horizonte da pesquisa histórica, a exemplo de temas, como a história da sexualidade e os processos de disciplinarização social, contribuindo para um novo olhar sobre a História, como os conceitos de descontinuidade e de ruptura.

Firmando-nos no ponto específico de análise e nos seus aspectos teóricos, citamos historiadores da cultura de língua inglesa responsáveis pela inserção do debate sobre as relações entre narrativa e História, como é o caso de Hayden White e Dominick LaCapra. De forma mais incisiva, com destaque para a História Cultural inscrita na “Nova História” francesa, temas como o cotidiano abriram possibilidades para o estatuto ontológico da História, relacionando-o ao estatuto de “realidade”. A “realidade” como foco de se pensar a interdisciplinaridade convoca-nos para o debate de questões que se apóiam em estudos antropológicos, nas mentalidades, nas artes e na micro história.

Na perspectiva de “inovação” do conceito de “fonte histórica”, Lucien Febvre defende “a ampliação do arquivo do historiador”, uma vez que a “História, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem” (REIS, 2000, p. 77). Citando Reis:

Essa abertura e ampliação do campo das fontes históricas estão inteiramente associadas, por um lado, ao projeto da “história-problema”, pois não há mais tirania da heurística, mas a construção de problemas e hipóteses, no início da pesquisa. [...] Por outro lado, essa ampliação do campo das fontes históricas, que estende a área de pesquisa do historiador até a antes interdita pré-história, está bem intimamente associada com outra proposta “inovadora” dos Annales: a “história total” (REIS, 2000, p. 78).

Nesse cotejo, dois discursos literários comuns à área da cultura envolvem o relacionamento entre imaginação, consciência e contexto em caráter interdisciplinar. Faz-se necessário, então trazermos a ideia de fronteira entre os gêneros; na visão de Burke “houve

um tempo em que somente políticos e historiadores políticos se preocupavam com fronteiras” (BURKE, 1997, p. 107). Burke esclarece:

Hoje, historiadores sociais e da cultura – assim como sociólogos e antropólogos – passaram a se interessar pelas fronteiras entre línguas, religiões, formas da cultura material e assim por diante, e pelos modos através dos quais essas fronteiras se movem no tempo (BURKE, 1997, p. 108).

Feita a análise em torno da diversidade de fontes para a pesquisa, tomamos a narrativa para tratar da questão específica do texto, o potencial da obra de Jorge Amado para o desenvolvimento de pesquisas históricas sobre a Bahia. Figura polêmica, criticada e elogiada por diversos estudiosos da literatura nacional e internacional, realizou a mais completa compilação sobre a memória da Bahia como um dos seus mais fiéis divulgadores. Não podemos dizer que as imagens contidas na obra correspondam à realidade, muito menos que elas possibilitem pensar que a imaginação do escritor seja a negação dessa realidade. O que nos interessa é reconhecer o quanto sua ficção nos possibilita como texto/narrativa, a apreensão de determinada realidade social e histórica. Reconhecê-la, pois, como fonte para a pesquisa eis a questão.

O aparecimento de Jorge Amado no cenário literário e intelectual do País ocorre num contexto bastante favorável, nos anos trinta, em meio a autores clássicos como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Lins do Rêgo, que, juntamente com ele, se tornaram conhecidos e reconhecidos. Na seguinte avaliação de Alfredo Berno de Almeida (1979):

[...] ainda que não seja uma consagração unânime dos críticos e “classificadores de intelectuais” quando se referem a Jorge Amado, só o próprio fato de mencioná-lo em suas antologias e histórias da literatura permite nos propor que sua importância enquanto autor de fama, autor de sucesso - reconhecido por parte da crítica e pelo público indiferenciado, é de tal dimensão que se torna impossível ignorá-lo. Não sendo possível a ausência, o autor torna-se uma presença obrigatória, ainda que criticada, nas obras classificatórias de intelectuais (ALMEIDA, 1979, p. 90).

Podemos afirmar, assim, que a inserção de Jorge Amado no contexto literário está diretamente marcada pela discussão do Nacionalismo e um dos seus desdobramentos, o Regionalismo. Formado fora do Modernismo, reconheceu os limites do Movimento. Nesse sentido, Martins salienta que “[...] por muitos anos, o cornaca do romance com o ‘máximo de realidade e o mínimo de literatura’, soube vencer tais limitações, fora da época modernista” (MARTINS, 1996, p. 215).

Nesse imbricado de questões o chamado romance de 30 é compreendido como instrumento de transformação do processo iniciado nos anos 20, importante momento histórico-cultural do País. Para Lafetá (1973), tratava-se, não de significativas rupturas, mas de adaptação do País a uma realidade mais moderna, quando novos personagens “entram em cena”, a exemplo do proletário e do camponês. A ‘politização’ dos anos 30 descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate. A sociedade passou a conviver com outra realidade repleta de desafios, exigindo dos intelectuais novas posturas, uma preocupação cada vez maior com os problemas sociais, de forma a denunciá-los e, ao mesmo tempo, buscar modificar a realidade. Escritores como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz e Jorge Amado trouxeram significativas contribuições para a discussão sobre a história nacional, dando ênfase a situações vividas pelo povo, tanto se referindo ao campo e ao drama da seca quanto aos problemas sociais que se esboçavam nas cidades.

No início da carreira literária, a temática de Jorge Amado girava em torno do “ciclo do cacau”, dentro do regionalismo brasileiro, tendo como espaço da trama os problemas sociais e políticos da região cacauzeira do sul da Bahia. Com o tempo, foi se dedicando à temática urbana, utilizando como cenário a cidade do Salvador, sem abandoná-la como palco das histórias e vivências de seus personagens, colocando-se numa posição de porta-voz do dizer sobre a Bahia.

Quero dizer que não sou apenas um escritor, mas enquanto tal, sou muito ligado à vida do povo baiano há muitos anos, desde a minha adolescência - devido a um conhecimento muito íntimo, um contato muito próximo -, sou alguém que tem uma certa responsabilidade na vida da cidade. (RAILLARD, 1990, p. 24).

Seguindo a sua trajetória literária, há na escritura de Jorge Amado uma constante recorrência a determinados temas, a exemplo de miscigenação, sincretismo religioso, infância abandonada, diferentes formas de sociabilidade e de conflito, como violência, entre outros do repertório do ficcionista sugerindo estudos sobre a Bahia, o que dá atualidade a sua obra.

Para os limites formais deste texto, não é possível fazer uma exposição sobre a trajetória literária do escritor, constituída de romances, contos, biografias, poesia, teatro, viagem, guias e literatura infanto-juvenil. Por isso, nos atemos aos romances *Capitães da Areia* (1937), a respeito da infância abandonada; *Os Pastores da Noite* (1964) que discorre sobre religiosidade, especificamente o sincretismo religioso e, ao longo da obra, diferentes

formas de sociabilidade de conflitos. Revisita o tema miscigenação, em *Tenda dos Milagres* (1969), já abordado em *Jubiabá* (1935).

Situando a narrativa ficcional como fonte para a pesquisa histórica sobre a Bahia, o romance *Capitães da Areia* (1937) está centrado na história de uma comunidade oprimida de crianças que vivem de trapaças, nas “ruas e becos da Bahia”, e indica, entre outras, a temática da infância abandonada, desdobramento do desequilíbrio econômico e social do País expresso na ausência de políticas públicas na área social. De forma abrangente, expõe injustiças do sistema social, político e econômico, evidenciando o cotidiano dos “capitães” abandonados para quem a ficção expressa a possibilidade de liberdade. Fonte inesgotável para estudo dos excluídos, um dos domínios da Nova História, traz a narrativa enriquecida pela história de vida do seu personagem-herói, Pedro Bala “[...] na sua trajetória, marcada pelo reformatório, pela prisão, até tornar-se líder proletário” (ANDRADE, 2004, p. 89).

A narrativa de *Jubiabá* (1935), apesar de ter o título de um personagem, um pai-de-santo, centra-se na história de um negro, Antônio Balduino, “[...] que lutava contra o racismo, contra as tentativas de destruição da cultura negra, era um guardião da cultura vinda da África e que ele se esforçava por manter, por fazer crescer” (RAILLARD, 1990, p. 297). Mesmo sendo o racismo o fio condutor da história, marcada pela opressão e marginalização de Antonio Balduino, essa temática central é melhor desenvolvida em *Tenda dos Milagres* (1969), que, segundo o próprio escritor, “[...] é Jubiabá revisitado, mas a conotação é diferente” (RAILLARD, 1990, p. 297). Trata-se de um romance-tese sobre mestiçagem, utilizando da trajetória do personagem Pedro Archanjo que, “[...] embora “pardo, pobre e paisano”, teve acesso à Faculdade de Medicina da Bahia, como bedel, posteriormente, tornou-se um dos seus professores mais brilhantes” (ANDRADE, 1999, p. 35). Dispondo de grande potencial para uma discussão sobre conceitos de raça, cultura, miscigenação, para o interesse do artigo, reconhecemos em *Tenda dos Milagres*, uma fonte de pesquisa importante sobre a Bahia.

Outra narrativa estratégica para a pesquisa histórica é o romance *Os Pastores da Noite* (1962), permite explorar, entre outras questões, a miscigenação e a religiosidade, com destaque para o sincretismo. Especialmente na segunda parte, “Intervalo para o batizado de Felício, filho de Massu e Benedita ou o Compadre de Ogum”, o enredo se dá em torno da dificuldade do padre em atender a um pedido de um orixá, Ogum, para a realização do batizado de Felício, em ritual do candomblé, mas na Igreja Católica. O impasse é resolvido com a intervenção do Orixá, que “se manifesta” na condição de padrinho da criança, em plena solenidade do batismo. Explora simultaneamente, dois aspectos: a miscigenação e o

sincretismo, e de forma bem humorada, uma vez que o filho do protagonista da história, o negro Massu, de cujo envolvimento amoroso com uma mulata, Benedita, nasce Felício, louro de olhos azuis, aceito sem questionamentos pelo pai; o outro. Mesmo considerando as surpresas do primeiro momento, aos poucos vai sendo convencido da existência de algum parente distante que possui tais características, o que vai desencadear o orgulho do pai, que passa a apresentar o filho aos amigos, antecipando a seguinte justificativa: “[...] Olhos azulados qualquer menino pode ter, mesmo sendo o pai negro, pois é impossível separar e catalogar todos os sangues de uma criança nascida na Bahia” (AMADO, 1983, p. 139).

Nas duas situações, que poderiam gerar conflitos, a ficção busca saídas. Assim, no dia do batizado, no momento em que o padrinho “recebe o santo”, duas missões são cumpridas: o fim da contenda com a realização do batizado e a efetivação do sincretismo, “[...] terminando por conformar o que, para o escritor, significava a fusão de religiões e de raças, sintetizando a contribuição da cultura africana para a nação brasileira” (ANDRADE, 1999, p. 104) e, ao mesmo tempo, estabelecendo a “fusão de raças e de classe, fundamentada na harmonia entre as diferenças” (ANDRADE, 1999, p. 104-105). Na intenção de apaziguar as diferenças, o recurso utilizado é o batizado da criança, cuja orientação saída do Terreiro determina que o batizado deveria ser realizado na Igreja Católica.

Considerando a aproximação entre História e Literatura, é oportuno nos remetermos ao contexto de inserção e aceitação dos estudos culturais na historiografia. Merece destaque, então, a quarta geração dos Annales, com os estudos de Roger Chartier e de Pierre Ravel, no enfrentamento com a história das mentalidades, questionando essa história de “terceiro nível”, influenciados, principalmente, pelos posicionamentos do filósofo Michel Foucault em relação ao estatuto de verdade produzido no interior dos discursos. Para esse pensador, por não serem os discursos em si mesmos nem verdadeiros e nem falsos, essa afirmativa que, entre outras, em muito desequilibrou as crenças dos historiadores, inclusive os especialistas em mentalidades, na direção do estatuto do conhecimento histórico. Ao mesmo tempo em que os desafiava, Foucault terminava por incentivar o uso de outras linguagens, entre elas, a ficção, que possibilita a escrita da história, num constante perturbar, fragmentar, desequilibrar o que antes se acreditava posto e definitivo. Esses desafios influenciaram a História Social, ampliando, assim, a noção de documento, bem como as possibilidades de elaborá-los Hunt (1992).

Estamos lidando com as narrativas de um ficcionista que, no nosso julgamento, situa sua importância, não apenas como representação da realidade, quando aproxima a história da literatura; e que usando as referências de escritor, reconhecido pela crítica literária e por ele

próprio, como um contador de histórias, o que não lhe desfavorece, até porque história contada também é literatura. No entanto, queremos enfatizar a Literatura como expressão de mágoas, nostalgias, carências, na sua capacidade de recuperar passados, o que significa perceber a Literatura como modalidade do imaginário que, mesmo não tendo a capacidade de reproduzir uma realidade exterior, pode transformá-la, manifestando aquelas mágoas, nostalgias e carências.

Na busca de fontes de sustentação para a nossa questão, o historiador, não temendo as diversas modalidades que possam preencher lacunas e silêncios, busca novos parceiros para o diálogo. Retomando, pois, um dos elementos que fundamentam a discussão, a tênue fronteira entre Literatura e História partimos da diferença entre o que é e o que não é ficcional. Procuramos nos ater ao conceito de real, dimensão que determina uma fronteira, e que, por mais porosa e tênue que seja, permite-nos separar dimensões, preservando a figura do escritor, o ficcionista, como testemunha do real que aconteceu.

Sem pretender estabelecer uma discussão sobre os conceitos de verdade, mentira, memória, história, ao considerar a dimensão da memória, da não ficção, Jorge Amado sabe até que ponto está criando, imaginando, inventando uma Bahia que nem ele mesmo conhece, e sim seus personagens com suas histórias; sabe também, na sua narrativa, quando o que está escrito representa um desejo (ou a sua intromissão) e escreve o “quê” e “como” gostaria que tivesse acontecido. Situação emblemática é a de Pedro Archanjo, “pardo, pobre” e bedel da Faculdade de Medicina da Bahia que, ao se tornar doutor nessa mesma Instituição, lutou contra os doutores e contra as teses raciológicas, sendo assim o interlocutor da tese da democracia racial de Jorge Amado. É o que lemos em Tenda dos Milagres. Portanto, a questão não é se o escritor mentiu ou não, pois, independente da recepção, ele sabe quando está mentindo. Considerando a dimensão da ficção, o romancista não mente nunca, uma vez que a sua narrativa se expressa através de representações, que podem ou não ser documentado pela história. Importante é que se trata de um regime de texto, que é o da ficção.

Do ponto de vista do ficcionista, no diálogo que propõe com a realidade, por mais que inclua fatos que ele pode testemunhar, a perspectiva da História, na sua perspicácia metodológica, reconhece o quanto de subjetividade contém a narrativa, o quanto a sua origem é filtrada, transformada. Isso geraria outra discussão, pertinente à questão do real histórico.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

AMADO, Jorge. *Os pastores da noite*. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Bahia, cidade-síntese da nação brasileira*. Uma leitura em Jorge Amado. São Paulo: s.n., 1999.

_____. Capitães da areia: o texto literário entre a História e a ficção. In: *Capitães da Areia*. II Curso Jorge Amado. Salvador: FCJA, 2004.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre a história e a ficção. In AGUIAR, Flávio et al. (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAFETÁ, João Luiz. Estética e ideologia: o Modernismo em 1930. *Argumento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, ano 1, n. 2, nov. 1973.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MORIN, Edgard. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria G. e Bragança e Maria das Graças Pinhão. Portugal: Europa-América, 1982.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.